

# CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



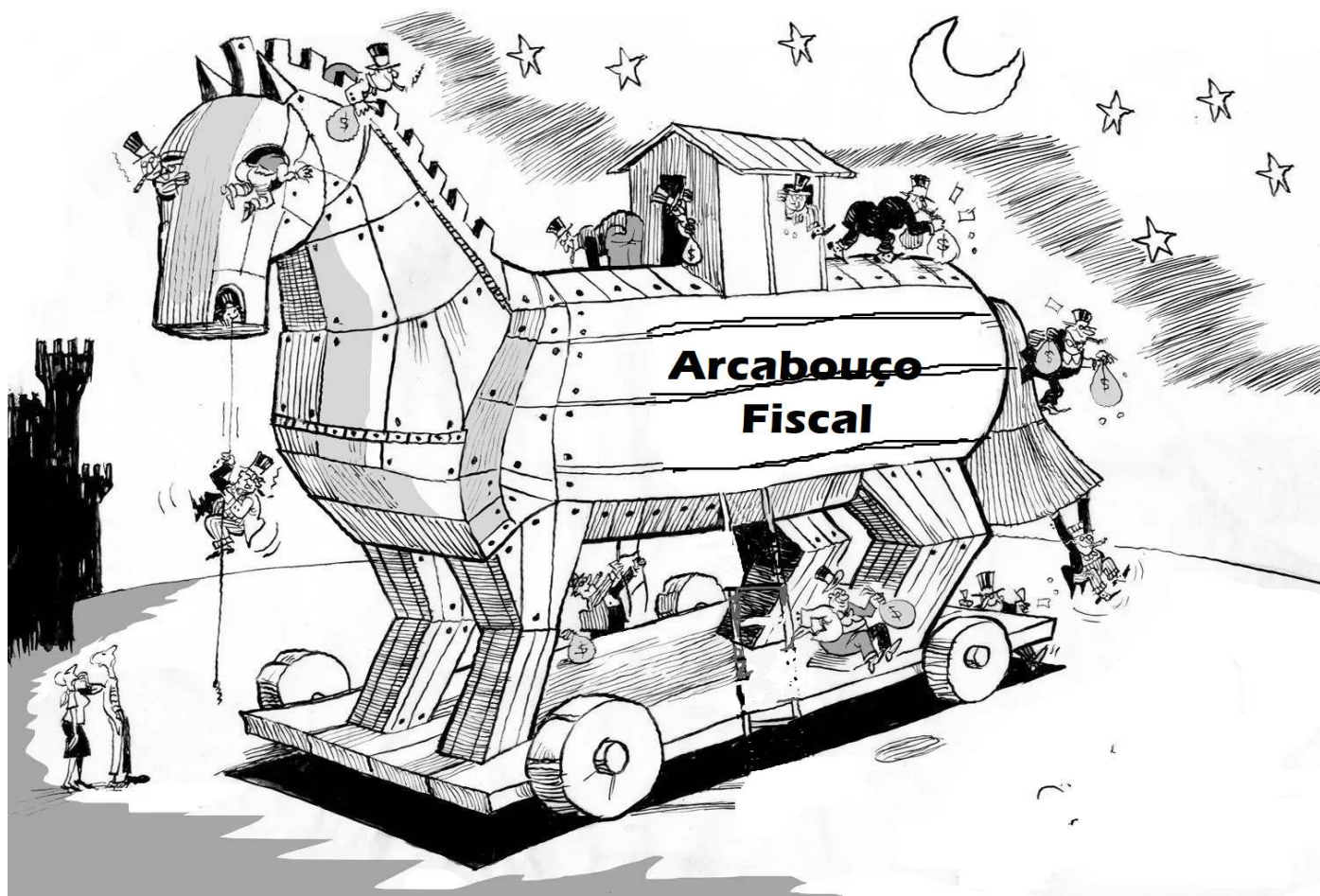
(11) 95675-2133

Nº 26

15/06 a 14/08 de 2023

R\$ 2,00

## ARCABOUÇO FISCAL, NOVO NOME DO TETO DE GASTOS



**2** 10 ANOS DO JUNHO DE 2013

**3** DEFENDER OS DIREITOS DOS APOSENTADOS

**5** A LUTA PELA VIDA DAS LGBT+

**6** AS LUTAS DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

**7** VELHAS E NOVAS TECNOLOGIAS DE MELHORAMENTO GENÉTICO

**8** A TRAGÉDIA CHILENA COM A CONCILIAÇÃO DE CLASSES

**TERRAS INDÍGENAS: CONTRA O MARCO TEMPORAL!**

# O JUNHO QUE FEZ O BRASIL TREMER



Em junho deste ano se completam dez anos dos protestos populares de 2013. Possivelmente podem ser consideradas entre as maiores manifestações urbanas da história brasileira. Tal processo se iniciou com uma passeata de cerca de 4 mil pessoas em São Paulo no dia 6 daquele mês e ao final de quinze dias eram mais de 1,4 milhão de pessoas em protestos nas ruas de, ao menos, 120 cidades.

Inicialmente, esta onda de mobilizações pautou o repúdio ao aumento das tarifas de transporte coletivo urbano ao mesmo tempo em que discutia a proposta de ‘tarifa zero’. Seu principal ator era o MPL – Movimento Passe Livre – fundado em janeiro de 2005 na cidade de Porto Alegre. Gradativamente, no entanto, os protestos passam a trazer inúmeras pautas dos mais variados tipos e uma série de gargalos nas péssimas condições de vida no espaço urbano. As manifestações transbordaram e seriam cada vez mais massivas.

Vale lembrar que aquele ano já registrava retrações do índices positivos dos anos anteriores: o PIB de 2012 esteve entre os mais baixos da década e se avizinhavam os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, eventos da corrupta FIFA que exigia altos investimentos de recursos públicos e duvidosos ‘legados’ à maioria da população.

O movimento contra o aumento das passagens se deparou com a típica resposta dos governos: “não é possível baixar as tarifas”, discurso comum entre o prefeito Haddad e o governador Alckmin. No mundo real, a mobilização barrou o aumento daquele ano. A ladainha da planilha de custos e dos impactos inflacionários, narrativa para esconder o velho sistema no qual as empresas de transporte (explorando uma concessão pública) articula um pacto de classes oferecendo serviços e regularmente financiando campanhas eleitorais.

Mais tarde, tais empresas cobram de prefeitos e governadores que tal sistema se mantenha perpetuando

assim os patamares de sua lucratividade. Puxa, sendo assim as passagens têm de aumentar de preço regularmente, é o pensamento único sobre o tema.

Assim, o protesto massivo e popular é compreensível. O caminho escolhido pelo ciclo do PT já dando sinais de esgotamento e sua estratégia conciliatória ‘desarmou’ a classe trabalhadora, em parte desmobilizada em nome da governabilidade. O resultado foi uma péssima relação com o movimento. Manter o pacto de classes era o mais importante e se demonstrou uma concepção que nada tinha a ver com a conjuntura e as dificuldades para o ‘socialismo’. O pacto de classes é uma escolha e uma concepção permanente mesmo variando a conjuntura.

## O JUNHO PELA ESQUERDA E PELA DIREITA

2013 também foi marcado por um quadro que combinou o avanço gradativo do senso comum conservador em escala global, algo que não poderia deixar de refletir-se nas ações populares. Nunca mais estas seriam reduto exclusivo dos valores de esquerda, pois em boa medida esta era governo aqui no Brasil, a defensora da ordem e do aumento do preço das passagens e nem disfarçava tal papel.

Neste contexto, já em 20 de junho, setores identificados à direita apareceram e mostraram uma face dupla: grupos neonazistas – minoritários- expulsavam uma esquerda desprevenida e ativistas de ‘vermelho’. Inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então e passou de 1 milhão, caindo logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda do número de manifestantes e vale ressaltar que o aumento das tarifas já havia sido revogada, uma vitória do movimento.

O movimento que começara apartidário se tornou antipartidário e em parte reacionário. Grupos conservadores se organizaram na

internet e pegavam carona nos atos se colocando como uma ruidosa e violenta minoria. Com um discurso superficial, típico do obscurantismo, ganhou adeptos, muitas vezes pessoas de boa fé em busca de respostas para a crise social que os cercava.

## JUNHO E OS TRABALHADORES

Para melhor entender o elemento social nos protestos vale destacar uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas: os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos o que corrobora a origem real das manifestações. Em boa medida o ator mais presente nas mobilizações foi o proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas quanto pela ampliação de seu direito à cidade de forma digna.

Isso não significa que os protestos sejam socialmente propriedade da classe trabalhadora e dos seus interesses: as manifestações tiveram um caráter popular, amplo e progressivo na sua origem. Tal assertiva não impede considerar que a direita conseguiu pela primeira vez colocar as mangas para fora nas ruas do Brasil – depois de décadas - ao final do período de mobilizações. São as contradições do mundo concreto.

Este texto é parte do debate que aqui iniciamos introdutoriamente e dedicaremos um dossiê no próximo número de Consciência de Classe. Ali pretendemos aprofundar o debate relativo ao legado e as características do Junho de 2013 que certamente marcou uma geração e suscita polêmicas e avaliações opostas. Desejamos aprofundar este debate na próxima edição com uma série de artigos e reportagens.

# EM DEFESA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ASSALARIADOS

O SALÁRIO-MÍNIMO E OS BENEFÍCIOS DO INSS

Todos somos a favor de reajustes com ganho real para o salário-mínimo (SM), mas sem o prejuízo das demais faixas salariais acima do mínimo. O SM é a base para a remuneração de trabalhadores e dos benefícios pagos pelo INSS. Avaliando sua evolução e os benefícios acima do mínimo, desde a implantação do Plano Real, vemos que apesar do ganho acima da inflação, o poder de compra do SM ainda está muito abaixo daquele necessário para uma família, conforme o padrão estabelecido pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

Para piorar, os benefícios acima do mínimo pagos pelo INSS perderam muito de seu poder de compra. Com correções diferenciadas (a menor) para os benefícios maiores, o INSS diminui as faixas superiores e empurra os benefícios sempre para baixo em direção ao mínimo, o que leva a perdas significativas para aposentados e pensionistas. Isso, sempre com a alegação de “dificuldades nas contas do INSS”, o que sabemos NÃO é verdade.

Quando da implantação do Plano Real, em 1994, o teto do INSS valia 9 salários-mínimos. Em 2004 era 10 vezes e com o reajuste diferenciado do piso e do teto, em 2023 com o valor do salário-mínimo em R\$ 1.320,00, o teto do INSS caiu para 5,69 salários-mínimos.

Tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que poderá garantir o mesmo reajuste do salário-mínimo para todas as faixas de benefícios do INSS. ([PL 4434/2008 - Portal da Câmara dos Deputados - camara.leg.br](#))

## O CÁLCULO DA VIDA TODA

Finalmente o STF deu ganho de causa para os aposentados e pensionistas para o Cálculo da Vida Toda. Assim, aqueles que se aposentaram antes da Reforma da Previdência, no governo Bolsonaro, podem solicitar o recálculo de

Mário Aléxis - Petroleiro aposentado

suas aposentadorias incluindo as contribuições anteriores ao Plano Real.

Mas, tem o impedimento que somente aqueles com menos de 10 anos de aposentadoria (prazo de decadência) podem fazer a solicitação. Algo terrível para boa parte dos beneficiários do INSS. É preciso acabar com o prazo de decadência para os recursos junto ao INSS. DIREITO NÃO CADUCA!

## REAPOSENTAÇÃO

Esse é mais um tema importante para aposentados e pensionistas. Muitos aposentados, dadas as condições de suas aposentadorias, continuam trabalhando e contribuindo para a Previdência. Portanto, requerem o direito de recalcular suas aposentadorias (e pensões), incluindo o período de contribuição extra (pós aposentadoria) para o recálculo de seus benefícios. Está tramitando no Senado Federal o PL 299/2023 que poderá garantir esse direito. Mas, é preciso que os sindicatos e associações organizem a luta e participem ativamente para aprovação desse PL.

## IMPOSTO DE RENDA (IR)

Outra questão é a tabela de restituição do IR defasada em mais de 150%, enquanto trabalhadores e aposentados pagam IR com remuneração de sobrevivência. Nossa reivindicação é a isenção de pagamento até o teto do INSS, o que isentaria pelo menos 90% dos assalariados e 100% dos aposentados e pensionistas do INSS.

E mais, as deduções na Declaração Anual deveriam isentar integralmente os gastos com Saúde, Educação, Previdência e incluímos moradia (aluguel e financiamento da casa própria, inclusive o IPTU).

Essa exigência pode parecer radical, mas no nosso país quem ganha acima de 2 salários-mínimos (faixa inicial de cobrança do IR) já é tributado. Confunde-se salário com renda. Salário é remuneração para



sua força de trabalho, seja intelectual, braçal ou outro trabalho qualquer. Renda é acúmulo, diferente de remuneração por trabalho.

Então, nosso entendimento é de que se deve isentar de impostos a remuneração pelo trabalho assalariado e deve ser tributada a renda não assalariada. A chamada “Reforma” Tributária, que se arrasta há anos no Congresso, deveria acabar com essas distorções, incentivos, isenções e perdões de dívidas de milionários com o fisco, mas, continuará sangrando a classe trabalhadora.

## TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA.

As chamadas “revoluções” industriais, sejam através da mecanização, robótica ou da informática, que aumentaram a produtividade, não melhoram as condições de trabalho, salários e qualidade de vida para o trabalhador. É sempre a precarização do trabalho e dos direitos: turnos extenuantes, uberização, trabalho autônomo, pejetização, contratos individuais, etc.

As manobras e falácias do capitalista é sempre uma armadilha para o trabalhador. O desemprego no início de 2023, segundo o IBGE, é de 8,8% da força de trabalho, que significa 9,4 milhões de desempregados e sem falar do trabalho precarizado.

Nossa luta deve ser a de distribuir o trabalho existente para a massa de trabalhadores disponíveis com a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo de salários e direitos, com o combate à precarização das condições de trabalho e com garantia de qualidade de vida das famílias!

As ditas “Reformas” Trabalhista e Previdenciária só trouxeram prejuízos aos trabalhadores. Devem ser anuladas para garantir o direito ao trabalho e à aposentadoria com saúde e dignidade!

# PARA ALEGRIA DOS BANQUEIROS, ENTRA EM CENA O ARCABOUÇO FISCAL DO GOVERNO LULA



**D**epois de muitas articulações, a proposta de Novo Arcabouço Fiscal do governo Lula e do seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que esconde atrás do pomposo nome o fato de ser o velho Teto de Gastos Sociais, foi aprovada na Câmara dos Deputados, por 372 votos a 108, no dia 24/05.

Para um governo de Frente Ampla essa votação foi significativa e contou com o apoio do “Centrão” e de 30 parlamentares do partido de Jair Bolsonaro (PL). Arthur Lira, presidente da Câmara, participou das articulações pela aprovação. E Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, garante que fará o mesmo.

## POR QUE HOVE UM LEQUE DE ALIANÇAS TÃO GRANDE NESTA VOTAÇÃO?

O Novo Arcabouço Fiscal teve o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), organização a serviço do capital rentista a quem o Brasil está subordinado há décadas. Assim como no Teto de Gastos Sociais, a dívida interna pública brasileira ficará intacta.

Esta, que é mais de 46% do Orçamento Federal, conforme aponta a Auditoria Cidadã da Dívida, deverá chegar ao final de 2023 a números entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões. Isso levará a que a dívida pública interna brasileira feche em 88,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, no final deste ano.

Ou seja, Lula, apesar da retórica usada para atacar os juros bancários, repetiu os governos anteriores. A sangria que a dívida pública significa nos recursos financeiros do país seguirá, garantindo que os bancos se apropriem do dinheiro que deveria ser usado em benefício do povo trabalhador, que é quem produz a riqueza do país.

Neste contexto, a nova regra fiscal não põe nenhum limite sobre o pagamento da dívida ou juros da dívida. Entretanto, enquadra os chamados gastos “primários”, onde estão incluídos os gastos sociais: educação, moradia, saúde etc.

A cada virada de ano, essas despesas só poderão crescer, no máximo, 2,5 %. Então, mesmo que a economia melhore e a arrecadação de impostos aumente muito, esse dinheiro será usado para enriquecer ainda mais os banqueiros. Em resumo: o novo Arcabouço Fiscal aprovado imporá um duro regime de austeridade nas contas do Estado brasileiro, deixando a “pão e água” as políticas públicas sociais e também o salário mínimo.

Soma-se a essa perspectiva social sombria o fato de que o governo Lula não revogará a Reforma Trabalhista de Michel Temer, nem a Reforma Previdenciária de Bolsonaro. Tampouco, reverterá as privatizações anteriores, como não revogou o Novo Ensino Médio (NEM), apenas suspendeu sua aplicação. Em síntese: trata-se da manutenção e ampliação desses pesados ataques sobre a soberania nacional e os mais necessitados.

## PARA ONDE VAI O PSOL?

Enquanto a CUT considera absurdamente que o Novo Arcabouço Fiscal é de interesse da classe trabalhadora, os deputados do PSOL votaram contra ele. Entretanto, fica a contradição deste partido: o que ele faz no interior do governo, sendo base de sustentação da Frente Ampla em torno de Lula?

A contraposição entre os planos do atual governo e os interesses dos trabalhadores ficará cada vez mais evidente no decorrer do terceiro

mandato de Lula. Ou se está com a população indígena, os sem-terra e os povos ribeirinhos ou com o agronegócio da ministra do Planejamento Simone Tebet e as fundações transnacionais às quais está vinculada a ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Ou se está com os ferroviários, metroviários, rodoviários, aeroviários, aeronautas, usuários do transporte público etc. ou com, Renan Filho, o ministro dos Transportes filho do senador alagoano Renan Calheiros, um dos “coronéis” mais poderosos do Nordeste. Portanto, no atual contexto, só resta ao PSOL sair imediatamente do governo. Não é estando no governo e chancelando políticas de direita que se combaterá a extrema-direita bolsonarista e morista.

## POR UM PLANO ALTERNATIVO DA CLASSE TRABALHADORA BASEADO NAS SUAS LUTAS

As lutas dos trabalhadores estão retornando ao cenário nacional. Assim está sendo com a greve dos metroviários paulistas; a luta contra a privatização do metrô de BH; a mobilização dos petroleiros de todo o país pela sua previdência integral; a greve dos professores fluminenses, a greve dos servidores da Receita Federal e a retomada das ocupações dos sem-terra.

É em base à organização e unificação destas lutas que deverá ser apontado um programa econômico em benefício dos trabalhadores: suspensão do pagamento da dívida pública, fim da “independência” do Banco Central, revogação das contrarreformas e privatizações, reforma agrária imediata e plano de obras públicas que gere empregos, escolas, hospitais e saneamento básico.

# A LUTA PELA VIDA DAS LGBTQ+ EM 2023

O 28 de junho de 1969 foi um marco para a mudança qualitativa das lutas pelos direitos da população LGBTQ+. Lutas já existiam, mas nessa batalha de Stonewall, em Nova York, a revolta contra as constantes batidas policiais LGBTQóficas durou três dias pela Christopher Street, teve repercussão mundial, levou à organização de Paradas LGBTQ+ por todo o mundo e à consolidação desta data como o Dia do Orgulho LGBTQ+.

De lá para cá, houve muitos avanços, especialmente em países mais desenvolvidos, em relação aos direitos e ao debate público sobre o respeito à diversidade.

Porém, em muitos países, especialmente da Ásia e África, os direitos dessa população têm sido retirados de forma violenta. Uganda se incluiu nessa lista, em pleno 2023, pois foi sancionada a lei que pune práticas homossexuais com pena de morte. Algo que já ocorre na Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Nigéria, Mauritânia e Brunei. Outros países também têm leis que punem e, em certos casos, aplicam pena de morte como Afeganistão, Paquistão, Catar, Somália e Emirados Árabes Unidos. São países com origem islâmica fundamentalista ou países africanos, que foram colonizados pela Coroa Britânica, mas, que não adquiriram a herança de uma cultura que descriminalizou a homossexualidade em 1967.

Contudo, mesmo em países onde não há leis restritivas à liberdade de gênero e sexualidade como no Brasil, não significa que a violência deixou de acontecer, pelo contrário, ainda existe e com muita frequência.

## A VIOLÊNCIA LGBTQÓFICA NO BRASIL

O Dossiê 2022 de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil, realizado por diversas organizações da sociedade civil, reúne uma pesquisa

que evidencia que nosso país continua matando essa população devido ao preconceito com a sexualidade não-heteronormativa e devido às identidades de gênero fora do padrão cisgênero.

No ano passado, foram registradas 273 mortes violentas de LGBTQ+ devido ao preconceito. E mesmo após os assassinatos sequer tiveram velório e enterro que respeitassem seu nome e sua identidade de gênero, conforme relatos de pessoas transsexuais, evidenciando que até na morte as pessoas trans são violentadas.

O assassinato de travestis e mulheres transsexuais representa maioria (58,24%), seguido por homens gays (35,16%), na sequência lésbicas (2,93%), homens trans e pessoas transmasculinas (2,93%), pessoa não-binária (0,37%) e outros segmentos (0,37%).

Importante refletir que de todos os casos de mortes de homens trans, somente um foi assassinato, os demais foram suicídio. Evidenciando que a violência não se faz somente na brutalidade física, mas também nos diversos âmbitos que levam à morte, como a violência psicológica.

O número total de suicídios de pessoas LGBTQ+, em 2022, foi de 10,99% e ficou atrás apenas do número de assassinatos que configura maioria, sendo 83,52% dos casos. Outros tipos de mortes, levam 5,49% de vidas LGBTQ+, como desaparecimentos de corpos, afogamentos e mortes sem conhecimento da causa.

Aqui temos um agravante trágico, conforme esses dados e a análise dos dados mundial realizada pela ONG Transgender Europe, o Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas transsexuais no mundo pelo 14º ano consecutivo.



Tragédia a qual nenhuma política pública foi apresentada e que nenhum governo apresentou formas de enfrentar tamanha violência.

Outro dado que destacamos diz sobre a faixa etária, pois a maioria dessas pessoas violentadas é de jovens de 20 a 29 anos (33,33%) e seguida por pessoas de 30 a 39 anos (19,05%). Em relação à raça/etnia houve muita dificuldade de coleta de dados, pois muitos casos não são declarados. No entanto, podemos considerar a violência contra a população negra no país que representou 33,33% dos casos, indígenas 0,73% e não informados chega a 31,5%.

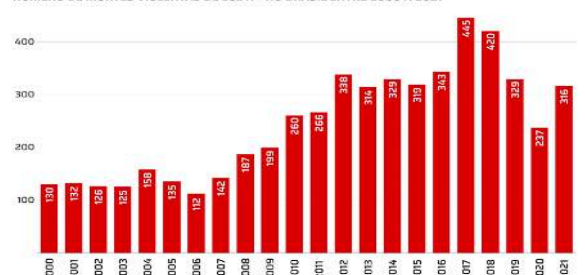
## A FALTA DE EMPREGO PARA A POPULAÇÃO LGBTQ+ TAMBÉM CEIFA VIDAS

Em relação ao mundo do trabalho, destaca-se a falta de oportunidades de emprego para LGBTQ+ e sua relação direta com a violência sofrida, pois 62,64% das pessoas mortas não apresentaram uma profissão informada e 8,79% são pessoas que atuam na prostituição. Destacamos novamente que, desses últimos casos, somente 01 pessoa morta não era travesti ou mulher trans, evidenciando que a população T ainda recebe as piores colocações no mercado de trabalho e é a mais violentada nesses locais também.

Enfim, esses poucos dados mostram o quanto há necessidade de mudanças em nossa sociedade, de defesa da luta árdua contra a violência e por vida da população LGBTQ+.



NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTQ+ NO BRASIL ENTRE 2000 A 2021



FONTE: Acontece LGBTQ+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil, 2021. GRÁFICO: Carolina Menezes.

# UM EXEMPLO DO ATUAL PAPEL DOS SINDICATOS: A APEOESP

Como pensar o atual governo Lula diante de tantas contradições, sem construir e fortalecer as lutas da classe trabalhadora para obter conquistas, derrubar as atuais direções sindicais e aniquilar a direita, ambas há tantos anos no poder?

Há anos temos afirmado que a extrema-direita tem se fortalecido mundo afora e, obviamente, no Brasil. O crescimento do bolsonarismo e a manutenção de seus governos estaduais, deputados, etc. indicam parte das consequências disso.

No entanto, a cada governo do PT o que vimos foram acordos, negociatas e parcerias com os piores setores da burguesia e partidos de direita, como o Partido Liberal.

Por outro lado, tivemos o distanciamento desse partido das lutas da classe trabalhadora, suas direções sindicais que impedem o enfrentamento com a patronal, enfraquecem o engajamento com o aceite às diversas retiradas de direitos, deixam de denunciar o geral aumento da jornada de trabalho e de redução de salário que servem ao desemprego, à piora dos serviços públicos e ao aumento da miséria.

Essa situação temos vivido como Professores da rede pública estadual em São Paulo e o sindicato. A APEOESP, dirigida pelo PT há quase 30 anos, tem a presidente Bebel fora da sala de aula há mais de 20 anos e com segundo mandato como deputada estadual.

Como presidente do sindicato utiliza-se de métodos antidemocráticos, eleições fraudulentas e insistentemente trava assembleias e reuniões. Enquanto isso, nós Professores sofremos com o cotidiano violento nas escolas, com a falta de condições de trabalho (alimentação, transporte, assédio, etc.), salário-base de 02 salários-mínimos, jornada diária de até 15h na escola, perda de direitos (falta médica, atraso, etc.) e com Contratos precarizados para grande parte da categoria.

Como deputada estadual atua favorecendo a direita/extrema-direita do Partido Republicanos, com aprovação do aumento salarial do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e com a aprovação de André do Prado do Partido Liberal (de Bolsonaro) para a presidência da Assembleia Legislativa.

Esse papel e esvaziamento que, há alguns anos, têm sido imposto à maioria dos sindicatos não são para unificar as lutas contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho, por salário digno (R\$ 6.647 Dieese), moradia, escola e Saúde públicas de qualidade.

Para derrotar o fortalecimento da extrema-direita e não calar a classe trabalhadora e a juventude, é urgente a retomada das ruas com o fortalecimento dos sindicatos, movimentos sociais, estudantis, organizações de luta anticapitalistas e independentes de governos!

# LUTAS DA EDUCAÇÃO NO RJ

No Congresso do SEPE, ocorrido de 25 a 27/ 05 no RJ, ficou decidido, no âmbito internacional, condenar a invasão Russa à Ucrânia, sem apoio a Zelensky nem aos trabalhadores ucranianos. As lutas permanentes aprovadas foram: contra o perigo do fascismo (prisão de Bolsonaro e dos golpistas de 8 de janeiro), contra o racismo e quaisquer formas de opressão.



O congresso aprovou a unificação com os sindicatos da Educação para construção da greve geral contra Arcabouço Fiscal (caso o FUNDEB permaneça) e a favor das revogações da BNCC e do Novo Ensino Médio. Os discursos dos delegados governistas consideram o Arcabouço Fiscal necessário para evitar conflitos com o Centrão, que não abriria mão do Teto de Gastos.

Houve uma manobra para não acontecerem discussões em grupos, indo diretamente para as discussões estatutárias com acordos entre organizações (teses) que sairiam vitoriosas. Não se discutiu a filiação de educadores de outras redes, por ter sido o último ponto da pauta e ultrapassado o horário. Mais uma vez a direção do SEPE deixa de lado a possibilidade da FAETEC, que tem um sindicato totalmente alinhado ao bolsonarismo vigente no Rio de Janeiro, ser representada por ele.

Dentre as mudanças estatutárias aprovadas estão a volta do SEPE à CNTE, ligada à governista CUT (enorme retrocesso); o aumento do limite de mandatos para diretoria: de 2 para 3 (maior burocratização e afastamento da base); o fundo de greve deixará de cobrir salários dos grevistas, mantendo o percentual de 4% para lutas concretas; eleição do Conselho Fiscal simultânea à da diretoria; Conselho de Ética permanente; filiação a qualquer Central Sindical.

Os delegados defensores das teses à Esquerda do governo conseguiram evitar a criação do núcleo da Capital e a proporcionalidade nas eleições sindicais foi mantida. Só que com cláusula de barreira de 10%. Isso foi uma derrota, mas governistas queriam algo pior ainda: 20%. Propostas mais combativas ao governo federal foram rejeitadas.

Paralelamente ao Congresso, o SEPE vem mantendo a maior greve dos últimos 8 anos, com assembleias cheias. Inicialmente em locais menores e seguidas por atos pífios. A partir da decretação da greve, em 11 de maio, no Clube Municipal, na Tijuca, os atos ficaram numerosos e as assembleias realizadas em espaços cada vez maiores. A continuidade do movimento tem sido votada por aclamação, numa força louvável, pois o governo ameaça a retirada da GLP (hora extra) dos grevistas.



# A CONVIVÊNCIA DE VELHAS E NOVAS TECNOLOGIAS E A “SÍNDROME DA EXCLUSÃO”

Paulo Paes. Pesquisador e prof. aposentado pela UFPE

No texto anterior mostramos a importância da tecnologia de melhoramento de plantas e animais e a apropriação pelas empresas privadas e como a competição capitalista tornaram o agricultor refém dessas empresas.

## TECNOLOGIA NA SEMENTE: DEPENDÊNCIA, EXCLUSÃO OU USO PENSADO?

O desenvolvimento de variedades adaptadas a climas ou solos ou que produzam com características desejadas segue sendo feito na pequena agricultura. Em muitos casos, essas sementes, chamadas “crioulas”, são trocadas ou negociadas como escambo. É uma tecnologia ainda sob controle do agricultor e por isso tem um uso social, diferente do uso da semente desenvolvida com o fim do lucro.

Entretanto, nesse processo controlado pelo agricultor, há pouco de ciência agrônoma, só a repetição de um procedimento milenar e cultural. É, em geral, muito lento e limitado à manutenção de linhagens antigas e valoradas por um segmento da agricultura familiar e também de limitadas qualidades agrônomicas e baixa produtividade quando comparadas a sementes adaptadas ao solo e ao clima do local.

Se o agricultor quer maior produtividade, precisa comprar sementes melhoradas, de outro agricultor ou de empresa pública ou privada. É uma dependência, mas não é incontornável, pois ele pode, na maioria dos casos, plantar sementes escolhidas entre os grãos das safras anteriores ou ter uma pequena área para produção controlada de sementes, empregando manejos simples que garantam as qualidades desejadas. Neste uso, associando o avanço tecnológico feito por terceiros - livre de royalties - com o trabalho direto do agricultor, o aspecto social não deve ser desprezado.

Um grupo de agricultores prefere seguir plantando suas sementes ou estacas ou aquelas trocadas com outros grupos e para fugir ao perigo dessa dependência e ao controle da semente, alguns grupos de agricultores preservam sementes, conhecidos como “Os

Guardiões das Sementes”, diretamente do grupo do agricultor, ou junto com quem se opõe ao agronegócio, à biotecnologia e mesmo à tecnologia em geral. Assim, também fogem ao controle imposto pelas grandes empresas de sementes.

Muitas vezes a rejeição dessa tecnologia se estende até mesmo às sementes desenvolvidas e distribuídas até mesmo pelos órgãos públicos, usando só as sementes crioulas, o que pode levar o agricultor ter prejuízos por perda de produtividade

## A PEQUENA AGRICULTURA E AS SEMENTES MELHORADAS

No embate entre a pequena agricultura e o agronegócio, uma coisa não mudou: quem planta para sobreviver sabe da importância de boas sementes e do uso correto dos recursos modernos da agricultura. Por isso, a maior parte da agricultura familiar e da pequena agricultura precisa do apoio das agências públicas de extensão agrícola para trazer conhecimentos e receber delas novas sementes, pois o uso de sementes da safra anterior é cada vez mais restrito para muitas culturas, embora persista na agricultura de subsistência. As informações e produtos provenientes de agências transfere parte significativa dos avanços da tecnologia e assim garante melhor produtividade, qualidade e, naturalmente, a sanidade da semente.

Há ainda um segmento pragmático e geralmente politicamente alienado que compram sementes e plantas geneticamente melhoradas, seja por técnicas convencionais, seja por transgenia ou, mais modernamente, por edição genética, independentemente de quem forneça. Para esse grupo a questão do controle da tecnologia não é considerada relevante.

## O QUE DETERMINA A ESCOLHA DA SEMENTE DO PONTO DE VISTA AGRÔNOMICO

A tecnologia embutida na sementes pode beneficiar o pequeno agricultor, entretanto, elas precisam ser compradas a cada safra porque são vendidas como híbridos ou porque as empresas exigem pagamentos de *royal-*

*ties* quando usar grãos da safra anterior como sementes. No caso das produzidas pelos órgãos públicos o controle é menor e tende a diminuir quando elas deixam de ser lucrativas ou são superadas por tecnologia mais avançada. E o uso é livre quando as patentes expiram, como foi o caso das duas primeiras variedades de soja transgênica do Brasil, sojas RR e LL.

A opção pela compra de sementes que exige o uso de certas tecnologias no campo deve ser avaliada pelo agricultor, e não rejeitada a priori. Uma semente que gera uma planta tolerante a um herbicida, por exemplo, pode ser inteiramente inútil ou mesmo danosa se não vai fazer o rocío químico (com herbicida). Também é inútil a semente que precisa ser cultivada com muita adubação ou com uso de máquinas que ele não tem acesso. Já sementes que geram plantas resistentes a insetos ou a nematódeos, ou plantas tolerantes a seca, ou com perfil nutricional melhor, podem ser muito adequadas ao pequeno agricultor.

## O OUTRO LADO DA CENA — APROVEITANDO AS VÁRIAS FONTES TECNOLÓGICAS

A estratégia de cada segmento agrícola (da agricultura familiar ao agronegócio) para obter sementes considera tanto o capital como a capacidade de empregar sementes de maior tecnologia como a ideologia de cada grupo (ou a ausência dela). Os agricultores busca sementes em várias fontes, inclusive no agronegócio.

O agronegócio, por exemplo, busca o material para semear em todas as fontes: sementes sem patentes, convencionais, transgênicas e, em breve, sementes editadas, seja a fonte pública ou privada. Outros restringem a busca por falta de tecnologia, dinheiro, ou por decisão ideológica, como no caso da agroecologia, para fugir ao controle da tecnologia pelas empresas de sementes.

Como vimos, a adoção de uma política agrícola que exclua essa ou aquela tecnologia (a “síndrome da exclusão unilateral”) levará o país a andar na contramão da história, como apresentada no artigo da edição nº 25.

# A TRAGÉDIA CHILENA DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES

As mobilizações de 2019 trouxeram a esperança de mudança no Chile, mas não foi isso que ocorreu, pois as direções empurraram o movimento para a institucionalidade, permitindo que as forças reacionárias se reorganizassem e contra-atacassem o movimento.

Não é a primeira vez que isso ocorre na história chilena. Vejamos 3 momentos da história do Chile.

## O GOVERNO DE UNIDADE POPULAR E A PREPARAÇÃO DO GOLPE MILITAR

Impulsionado por um importante processo de organização de base e de mobilização social, Salvador Allende é eleito presidente pela Unidade Popular (formada por partidos e organizações de esquerda).

Era um Chile com 45% do capital do país sob controle estrangeiro, minas de cobre dominadas por estadunidenses, 80% das terras em mãos de latifundiários e com a dívida externa em mais de 4 bilhões de dólares, a segunda maior do mundo.

Mesmo com medidas progressistas, o governo Allende se recusou a radicalizar no enfrentamento com a extrema-direita, fez concessões para as Forças Armadas, inclusive autorizando o exército entrar nas casas em busca de armas da esquerda. E assim, desarmava (militar e politicamente) a esquerda e deixava a classe trabalhadora desorientada.

Como consequência, a extrema-direita, apoiada e financiada pelos Estados Unidos, sabotou as medidas do governo, ganhou a classe média e organizou o Golpe Militar, instalando uma ditadura assassina, com milhares de mortos e desaparecidos.

A resistência não era garantia de vitória, mas com a conciliação a derrota era uma certeza.

## O OUTUBRO DE 2019 E AS REVOLTAS

O aumento de 3,75% nas passagens do metrô liberou a revolta do povo chileno, um dos processos mais radicais das últimas décadas. Era a oportunidade de varrer o pinochetismo das instituições, mas as direções pelegas incluindo o PC

chileno tiraram do bolso a fórmula “mudar, mas manter como era antes”. Foi o chamado “Acordo pela paz” e paz para o povo ficar quieto.

Por esse acordo, foi convocada a Constituinte com várias armadilhas como a necessidade do apoio de 2/3 para aprovar alguma proposta, o que dificultava a aprovação de medidas progressistas; não poder destituir o Presidente Piñera; manter os Tratados de Livre Comércio e não libertar os presos políticos, dentre outras coisas. E puxava o movimento para a institucionalidade.

As esperanças recaíram na nova Constituição. No plebiscito de outubro de 2020, a maioria apoiou a convocação da Constituinte e que os políticos não participassem. Em maio de 2021, foram eleitos os deputados para escrevê-la, a qual deveria ser aprovada por novo plebiscito. A esquerda de um modo geral elegeu a maioria dos deputados reforçando a ilusão do povo nesse processo.

No meio desse caminho Boric, uma liderança de linha conciliatória, foi eleito, derrotando o candidato da extrema-direita Antonio Cast. No lugar de romper com o passado, Boric continuou aplicando as mesmas medidas neoliberais, manteve o aparato repressivo, apoiou a repressão por parte dos carabineiros e o Povo Mapuche continuou com seus direitos históricos negados. Com essas medidas, o governo se desgastou e perdeu o apoio enquanto a direita e a extrema-direita se fortaleceram.

Pelo “Acordo pela paz”, o texto Constituinte deveria passar por novo plebiscito para aprovar ou reprovar. Com o desgaste de Boric e o fortalecimento da extrema-direita, a nova Constituição (mesmo com reconhecendo alguns direitos sociais) foi rejeitada por 7,8 milhões (61,86%), contra 4,8 milhões (38,1%). Diante desse impasse, partidos de direita, governo Boric e até o PC chileno fizeram novo acordo e, em 7 de maio, criaram um “Conselho Constitucional” com 50 constituintes eleitos e com prazo de 5 meses para

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa (Marx)

novo texto. Foram assessorados por 24 “especialistas” indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

## A ELEIÇÃO DO CONSELHO CONSTITUCIONAL

Todo esse cenário possibilitou que a extrema-direita (35,5%) e a direita tradicional (21,1%) ganhassem a eleição com 56,6% do Conselho. A Frente liderada por Boric teve 28%. O que esperar de uma Constituição com maioria da extrema-direita?

Elencamos esses momentos da história chilena para demonstrar que a via da conciliação e de acordos com as burguesias, inevitavelmente, levam a derrota da classe trabalhadora. Foi assim na década de 1970 e é agora. A única certeza é que a burguesia chilena continua enriquecendo e a classe trabalhadora empobrecendo.

O Chile não é um caso isolado. As revoltas populares na Colômbia, Equador, Peru e Bolívia também foram desviadas para as eleições e não houve vitória significativa para os explorados. No Peru é ainda pior, pois Castillo foi derrubado por um golpe.

O acordo para o Conselho Constituinte definiu os seguintes pontos que não serão alterados na Constituição.

**Plurinacionalidade:** Povos originários continuam tutelados pelo Poder Judiciário e a Corte Suprema. Dois órgãos que sempre defenderam as empresas florestais. As consultas e as “autonomias” territoriais também serão limitadas.

**Direitos Sociais:** As odiadas AFPs (Administradoras de Fundo de Pensão) continuarão ganhando bilhões e os aposentados e pensionistas permanecem na mesma situação precária. **O Sistema Nacional de Saúde** de caráter privado continua existindo com dinheiro público, assim como a Educação particular subvencionada pelo Estado.

**“Segurança”:** O aparato estatal repressivo seguirá intacto e o “Estado de Exceção” (restrição de garantias individuais) passou a chamar “Estado de Emergência por grave alteração da segurança pública”. As Forças Armadas podem atuar contra o movimento social.

**Sistema Político:** Restrições aos parlamentares e com aumento de poder do Presidente.